

PORTARIA Nº 743, de 03/07/2017.
O Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições constantes do inciso VII e XV, do artigo 28, do Estatuto da UDESC, RESOLVE:
Art. 1º AUTORIZAR a servidora MARIA TERESA SANTOS CUNHA, matrícula 0318605-9-02, ocupante do cargo de PROFESSOR UNIVERSITÁRIO do Quadro de Pessoal Permanente da UDESC/FAED, a se ausentar do país no período de 16 a 22/07/2017, para participar do 39º International Standing Conference for the History of Education, em Buenos Aires, na Argentina, conforme Processo nº 6898/2017.
Art. 2º O afastamento ocorrerá com ônus limitado à UDESC, ou seja, a servidora terá direito apenas ao vencimento e demais vantagens do cargo ou função.
Cod. Mat.: 461260

PORTARIA Nº 744, de 03/07/2017.
O Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições, constantes do inciso VII e XVII, do artigo 28, do Estatuto da UDESC, RESOLVE:
Art. 1º PRORROGAR por 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Investigativa, designada pela Portaria 400/17, a fim de apurar os fatos constantes do Processo 15982/2016.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.
Cod. Mat.: 461262

PORTARIA Nº 745, de 03/07/2017.
O Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições e de conformidade com a delegação de competência prevista nos incisos VII e XVII, do artigo 28 do Estatuto da UDESC, combinado com o §4º, do art. 41, da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 19/98, c/c o Decreto nº 153/03, RESOLVE:
HOMOLOGAR de acordo com o que consta no parecer da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório e nas avaliações de desempenho, o período de Estágio Probatório dos servidores nomeados por Concurso Público para o cargo de Técnicos Universitários da Fundação Universidade Estado de Santa Catarina - UDESC, declarando-os estáveis, a partir da data especificada:
CENTRO DE ARTES - CEART
0962432-5-01 FRANCISCO ALEXANDRE FURTADO ALVES
TECNICO UNIVERSITARIO DE EXECUCAO
A partir de 16/06/2017
Cod. Mat.: 461264

PORTARIA Nº 746, de 03/07/2017.
O Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições, constantes dos incisos VII e XVII, do artigo 28, do Estatuto da UDESC, RESOLVE:
Art. 1º DESIGNAR o servidor DIVONZIR ANDERSON NAVROTSKI como Pregoeiro Responsável pelo Pregão nº 0866/17, o servidor DIOGO AMARO DA SILVEIRA BORGES como Responsável Técnico, e os servidores ERICO KRETZER JUNIOR, PEDRO GIRARDELLO DA COSTA, MARCELO MALDANER, LAIS BIBIANA RODRIGUES LAGOS, FABRÍCIO DEVENZ e LETICIA KOSLOWSKY MEES MATTOS, como membros da equipe de apoio.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.
Cod. Mat.: 461265

AVISO DE PAGAMENTO Nº 211/2017. Objeto: Pagamento de diária para professora ministradora palestra dia 18 de julho de 2017, com o tema "Direitos de Pesquisa e Pós-graduação e Coordenadores dos Programas de Pós-graduação da UDESC. Convênio CAPES PROAP 817436/2015 - SICONV/OBTV. REITORIA/UDESC. Valor: R\$ 200,60 Fornecedor: Concepta Margaret Mcmanus Pimentel. Fundamentação: Não aplicável a Lei 8.666/93. Florianópolis, 26 de junho de 2017. Marcus Tomasi - Reitor da UDESC.
Cod. Mat.: 461003

RELATORIO Nº 0002/2017
O Diretor do Centro de Ciências da Saúde e do Esporte, CEFID - UDESC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Artigo 19, do Decreto nº 1127/08, informa o pagamento de despesas com diárias no ano de 2017.

Matr	Servidor	Nº	Valor	Mot
2566966	Alexandra Folle	4,5	495,00	AEX
2379252	Celso de Santana	6,5	750,00	MOT
6579701	Diogo Cardoso da Silva	4,5	495,00	AEX
9674608	Elisa Dell'Antonio	4,5	495,00	AEX
2377780	José Fidelis	4,5	450,00	MOT
6531431	Jader Afonso Savi Mondo	1	110,00	RAD
9651357	Maurício Camaroto	4,5	495,00	AEX
3064069	Noé Gomes Borges Junior	1	110,00	AEX
2388600	Paulo Henrique de Souza	5,5	858,00	RAD
3121879	Sandroval Francisco Torres	1,5	165,00	AEX
2646358	Suzana Matheus Pereira	4,5	495,00	AEX

TOTAL	42,50	4.918,00
*Viagem nacional		
Legenda: AEX: Atividade de Extensão AU: Auditoria CG: Congresso CS: Curso MOT: Motorista OE: Operações Especiais OM: Outros Motivos PA: Palestra RA: Repres. Autoridade RAD: Reunião Administrativa AEN: Atividade de Ensino CAD: Comissão Administrativa		
Florianópolis, 04 de julho de 2017. Paulo Henrique Xavier de Souza Diretor Geral - CEFID/UDESC.		
Cod. Mat.: 460957		

RELATORIO Nº 05/2017
O Diretor do Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 93, § 7º, da Lei nº 9.831/95 e art. 19, do Decreto nº 1127/08, informa o pagamento de despesas relacionadas com o pagamento de diárias no mês de Junho de 2017.

MATR	SERVIDOR	Nº	MOT	VALOR
662005-1	Ademir Lopes Pereira	5	MO	500,00
967500-0	Caroline S. Pletsch	1	RS	110,00
955120-4	Davane Dornelles	1	RS	110,00
338150-1	Geraldo M. Varela	4	OE	440,00
665039-2	Lara F. Dallabona	4	CG	765,00
382172-2	Lucas Kuster Moraes	4,5	OE	450,00
963298-0	Maria Pilar Serbent	0,5	OE	55,00
670176-0	Paulo Edison de Lima	1	RS	110,00
356895-4	Renan Thiago Campestrini	2	RS	220,00
966571-4	Ruben Machota	4,5	MO	450,00
373612-1	Tiago Venturi	1	RS	110,00
TOTAL		28,5		3.320,00

AP: Aula Presencial AU: Auditoria CG: Congresso CS: Curso MO: Motorista OE: Operações Especiais OM: Outros Motivos PA: Palestra RA: Repres. Autoridade RS: Reunião de Serviço Ibirama, 04 de Julho de 2017
Carlos Alberto Barth
Diretor do CEAVI - Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Cod. Mat.: 461002

Economias Mistas

CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

PORTARIA Nº 19417
O Presidente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC - no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que lhe confere o Art. 26 - Inciso III do Estatuto Social da Companhia resolve: Prorrogar por 30 dias a portaria 5017 que deu origem ao processo de sindicância n. 1237 que objetiva apurar furto de uma Lente Objetiva Cannon EF 75-300 MM, Patr. MAQ 33817.000, conforme BO nº 00004-2016-0011705, de 30/11/2016, da Delegacia de Polícia da Capital. Esta Portaria tem efeito retroativo a 21 de junho de 2017. Florianópolis, 05 de julho de 2017. Enori Barbieri - Presidente
Cod. Mat.: 460924

Extrato do 1º Termo Aditivo do Convênio de Cooperação Técnica nº 1816. Objeto: O presente Convênio é a conjugação de esforços e cooperação entre a CIDASC e a FAESC, visando a difusão e o fomento das ferramentas do Sistema de Gestão da Agropecuária Catarinense - SIGEN+, junto aos produtores rurais, por meio da capacitação para atuar no sistema e a Cidasc disponibilizará veículos, conforme relação atualizada neste termo aditivo. Vigência: de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018. Data assinatura: 01 de março de 2017. Conveniêdo: FAESC - Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina.
Extrato do 3º Termo Aditivo do Convênio de Cooperação Técnica nº 2714. Objeto: Cedência de um servidor público municipal integrante do quadro efetivo do município, com formação em medicina veterinária, para fim de contribuir para a realização de atividades de inspeção de produtos de origem animal no âmbito do município. Vigência: De 20 de abril de 2017 a 19 de abril de 2018. Data assinatura: 20 de abril de 2017. Conveniêdo: Prefeitura Municipal de Araranguá.
Dados comuns aos extratos: Conveniente: Cia Integrada Desenvolvimento Agrícola/SC. Florianópolis, 04 de julho de 2017. ENORI BARBIERI - Presidente.
Cod. Mat.: 461272

COHAB – Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina

COHAB/SC – COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO Nº 06/2017
O Diretor Presidente da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto do Artigo 14 da Resolução CPF nº 031/2011, informa o pagamento das despesas relacionadas com o pagamento de diárias no mês de Junho de 2017.

Matricula	Nome	Valor	Qtd.	Motivo
002001-0	Altair Ramos	100,00	1,0	MO
000841-9	Auri Aurino Wagner	100,00	1,0	VO
001243-2	Francisco de Assis da Silva	100,00	1,0	VO
001301-3	Marcelo Parente	312,00	2,0	VO
002075-3	Misael Gonçalves Canuto	680,00	2,0	AC
001932-1	Osni Alves da Silva	170,00	0,5	AC
001128-2	Paulo Cesar da Costa	100,00	1,0	MO
001602-0	Rosilda Maria de Souza	100,00	1,0	VO
TOTAL		1.662,00	9,5	

Legenda de Motivos:
VO – Vistoria de Obra
MO – Motorista
AC – Assinatura de Contrato
Florianópolis, 04 de Julho de 2017.
Cod. Mat.: 460950

SC PAR – SC Participações e Parcerias S.A.

ATO DE NOMEAÇÃO Nº 001/2017 de 04/07/2017
O Presidente da SC Participações e Parcerias S.A., em atendimento à legislação que rege a matéria, nomeia a empregada em comissão **MARCELO DE SOUZA BRICK**, portadora do CPF 007.009.869-79, para o cargo de Secretário Executivo de Assuntos Institucionais. Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura. Florianópolis, 04 de julho de 2017. **GABRIEL RIBEIRO VEIRA** Presidente da SC Participações e Parcerias S.A.
Cod. Mat.: 461090

Concursos

ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 017/2017/SJC.
A SECRETÁRIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições e com base no Art. 2º, inciso III da Lei Complementar nº 260 de 22 de janeiro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 1.545 de 16 de março de 2004, torna público que estão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado de contratação de Médico, por prazo determinado, para o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, do Departamento de Administração Prisional (DEAP), que faz parte da estrutura organizacional desta Secretaria, pelo período compreendido entre **10 de Julho de 2017 até às 17 horas do dia 28 de Julho de 2017.**
1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. O processo seletivo simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado pela Comissão do Processo Seletivo, designada pela Secretária de Estado da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. A Comissão é responsável pela conferência e análise da documentação entregue pelos candidatos para a classificação no certame.
1.2. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e aceitação irrestrita das instruções e das condições do processo seletivo simplificado, tais como se encontram estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.
1.3. O Edital e suas Alterações, bem como, as contratações serão publicados no Diário Oficial do Estado.
1.4. A classificação dos candidatos será publicada no Diário Oficial do Estado e consistirá no somatório de pontos de curso de qualificação, de contagem de títulos e da experiência comprovada na área específica do cargo.
1.5. De acordo com o Art. 4º, caput e parágrafo único da Lei Complementar nº 260/2004, o processo seletivo simplificado destina-

se à seleção de profissionais para contratação temporária, pelo prazo máximo de doze meses, podendo ser prorrogada por uma única vez, pelo mesmo prazo, exclusivamente para a Unidade relacionada no item 2.2.

1.6. O chamamento dos candidatos obedecerá a ordem crescente de classificação.

1.7. O Contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por interesse da Administração Pública, de acordo com o Art. 11, § 1º da LC nº 260/2004;

III – por interesse do contratado, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência;

IV – para candidatos que tiverem resultado da investigação social como não recomendado para o cargo;

1.8. O candidato que foi contratado com fundamento na Lei Complementar nº 260/2004 e sua rescisão se deu a menos de doze meses, não poderá ser novamente contratado, conforme preconiza o artigo 8º, inciso II, da respectiva Lei.

1.9. Conforme preconizado no artigo 2º do Decreto nº 1545/2004, é proibida a contratação de servidores, ativos e inativos, da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas, exceto a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas e, desde que haja compatibilidade de horários, na forma disposta na alínea "c", inciso XVI, do art. 37, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 13 de dezembro de 2001, sendo necessário que o candidato no momento da contratação entregue a Gerência de Gestão de Pessoas, declaração de próprio punho que indique a não acumulação de cargos, bem como, informar se é servidor público ativo ou inativo e de qual esfera, conforme indicado neste item.

2. DOS CARGOS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL EXIGIDA, ATRIBUIÇÕES E REMUNERAÇÃO.

2.1. São requisitos básicos para o ingresso na carreira do Serviço Público Estadual:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ter no mínimo 18 (dezoito) anos de idade;
- c) estar quitte com as obrigações eleitorais e militares;
- d) não registrar sentença penal condenatória transitada em julgado;
- e) estar em gozo dos direitos políticos;
- f) possuir conduta social ilibada;
- g) possuir capacidade física e aptidão psicológica compatível com o cargo pretendido;
- h) possuir Diploma de Conclusão de curso de Medicina, conforme exigência no item 2.2.

2.2. Na tabela abaixo está descrito a carga horária, a escolaridade exigida para o cargo, a remuneração básica, o quantitativo de vagas para a Unidade Lotacional.

Cargos de Nível Superior

Cargo	Carga horária	Escolaridade	Remuneração Básica	Nº de Vagas	Unidade Lotacional
Médico especialista em Psiquiatria	20 horas semanais	Diploma de Curso Superior em Medicina emitido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC, com registro no respectivo Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional.	3.027,88	01 Vaga	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico

2.2.1. A remuneração Básica é composta pelo Vencimento Básico e pela Gratificação de Produtividade da Lei Complementar nº 16.299/2013

2.2.2. Acrescenta-se na remuneração básica o Auxílio Alimentação no valor diário de R\$ 6,00 (seis reais) por dia útil, não ultrapassando ao valor mensal de R\$ 132,00 (cento e trinta e dois reais).

2.3. As atribuições do cargo estão relacionadas no anexo I deste edital, conforme legislação pertinente por este Edital disponibilizado.

3. DA INSCRIÇÃO

3.1. As inscrições ocorrerão em duas etapas, no período de 10 de Julho de 2017 até às 17 horas do dia 28 de Julho de 2017 e não será cobrada taxa de inscrição.

3.2. PRIMEIRA ETAPA DE INSCRIÇÃO: Pré-Inscrição

3.2.1. Os candidatos deverão acessar a rede mundial de compu-

tadores no período de 10 de Julho de 2017 até às 17 horas do dia 28 de Julho de 2017, no site www.sjc.sc.gov.br, acessando o link do Processo Seletivo, preencher a ficha de inscrição, clicar no enviar, imprimir a confirmação de inscrição enviada, assinar no espaço indicado e entregar na segunda etapa da inscrição;

3.2.2. Os candidatos devem fazer uma atenta conferência dos dados preenchidos na ficha de inscrição, antes de enviar.

3.2.3. A Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania exime-se de qualquer responsabilidade pela eventual indisponibilidade ou falha dos equipamentos ou acesso à internet.

3.2.4. Ao se inscrever o candidato declara concordar que seu nome e os resultados das diferentes fases do presente processo seletivo sejam divulgados no site da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

3.3. SEGUNDA ETAPA DE INSCRIÇÃO: Inscrição Definitiva

3.3.1. Os candidatos deverão realizar a inscrição definitiva através da entrega da documentação comprobatória pessoalmente ou por procuração, conforme especificações abaixo:

3.3.1.1. **Pessoalmente**, com a entrega dos documentos constantes dos itens 3.4.1.1 a 3.4.1.8 acompanhados dos seus originais, caso a exigência não for documento original, até o dia 28 de Julho de 2017, de segunda a sexta-feira (exceto feriados e pontos facultativos decretados pelo Governo do Estado), no horário das 13 horas e 30 minutos às 18:00 horas, no endereço abaixo:

Sede da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, situada na Rua Frei Caneca, nº 400, Bairro Agronômica, Florianópolis/SC.

3.3.1.2. **Através de Procuração**, devidamente registrada em cartório, com este fim, desde que os documentos listados nos itens 3.4.1.1 a 3.4.1.8 estejam todos autenticados conforme art. 1º da Lei nº 16.741/15, e entregue pelo procurador no endereço listado acima, até o dia 28 de Julho de 2017, de segunda a sexta-feira (exceto feriados e pontos facultativos decretados pelo Governo do Estado), no horário das 13 horas e 30 minutos às 18:00 horas.

3.3.2. O candidato que deixar de entregar qualquer documentação na data e horários devidamente estipulados estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

3.3.3. O candidato que deixar de entregar qualquer documentação listada nos itens 3.4.1.1 a 3.4.1.8 e/ou não ter comprovado a escolaridade exigida para o cargo candidatado, terá sua inscrição indeferida.

3.3.4. O candidato que entregar o Questionário de Investigação Social (QIS), listado no item 3.4.1.2, incompleto e faltando foto e assinaturas, terá sua inscrição indeferida no presente certame.

3.3.5. Não serão aceitas inscrições intempestivas, condicionais, via fax, via correio, via correio eletrônico ou por qualquer outro meio não descrito no presente Edital.

3.3.6. Não serão admitidas, após o candidato efetivar a inscrição definitiva, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.

3.3.7. A entrega da documentação completa no momento da inscrição definitiva, em conformidade com o item 3.4 do edital é responsabilidade do candidato, sob pena de indeferimento da inscrição.

3.4. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO DEFINITIVA

3.4.1. No ato da inscrição definitiva, o candidato deverá fornecer os seguintes documentos (importante: caso os documentos sejam entregues através de procuração, conforme item 3.3.1.2, as fotocópias deverão ser autenticadas por tabelião):

3.4.1.1. Ficha de Inscrição comprovando efetivação da inscrição pela rede mundial de computadores (*inscrição prévia*), declarando a aceitação das regras deste edital, assinando no espaço indicado;

3.4.1.2. **QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL – QIS**, disponível no link do processo seletivo, que deverá ser impresso, preenchido, colando uma foto, sendo preferencialmente de 5x7, no campo específico, e assinado;

3.4.1.3. Fotocópia e original da Carteira de Identidade e CPF;

3.4.1.4. Fotocópia e original do diploma ou certificado de Conclusão do Curso para o cargo pretendido, a fim de habilitar o candidato a participar do presente processo seletivo.

3.4.1.5. Fotocópia e original de certificados de conclusão de cursos de qualificação, com carga horária mínima de 20 horas para cada certificado, seguindo as especificações do item 4.2 do presente Edital.

3.4.1.6. Fotocópia e original de comprovante de experiência no cargo pretendido, conforme as determinações do item 4.3 do presente Edital;

3.4.1.7. Fotocópia e original de Certificado de Conclusão de curso Pós-graduação, Mestrado e Doutorado;

3.4.1.8. Fotocópia e original de Certidão de Nascimento de filhos para fins de desempates;

3.5. Certificados de Conclusão de Curso de Graduação, Especialização, Mestrado, Doutorado ou declaração de tempo de serviço expedidas em língua estrangeira somente serão consideradas se apresentadas já traduzidas para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1. O Processo Seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos de curso de qualificação, da experiência comprovada e da Prova de Títulos.

4.2 DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO

4.2.1. Para critério de pontuação de curso de qualificação deverá

ser apresentado somente certificado com carga horária mínima de 20 horas, dos últimos quatro anos a contar da data de publicação do presente edital e com as seguintes especificações para cada cargo:

4.2.1.1. Para o cargo de Médico, os cursos de qualificação serão aceitos desde que sejam na área Médica ou da Saúde;

4.2.2. Não serão aceitos certificados de Disciplinas de cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado ou disciplinas isoladas concluídas ou não.

4.2.2.1 A pontuação de cursos de qualificação para todos os cargos consiste na somatória das cargas horárias dos certificados entregues e segue na tabela abaixo:

Quantidade de Horas de curso de Qualificação somando as cargas horárias dos certificados apresentados	Pontuação
20 horas até 40 horas	0,6 (zero vírgula seis)
41 até 100 horas	1,2 (um vírgula dois)
101 até 140 horas	1,8 (um vírgula oito)
141 até 200 horas	2,6 (dois vírgula seis)
201 até 260 horas	4,2 (quatro vírgula dois)
Acima de 260 horas	4,8 (quatro vírgula oito)

4.3. DO COMPROVANTE DE EXPERIÊNCIA

4.3.1. Para fins de comprovação da experiência no cargo serão aceitos somente cópia de registro em Carteira de Trabalho, desde que acompanhada da respectiva carteira, ou Certidões Originais de Tempo de Serviço prestado a Administração Direta, Autarquia e Fundações Públicas, onde deverá constar o período e cargo exercido, CNPJ do órgão, assinatura e matrícula do Gerente do RH do órgão, timbre do órgão, de acordo com as especificações do item 4.3.2 do presente edital.

4.3.1.1 Só serão aceitas as Certidões Originais de Tempo de Serviço prestado Administração Direta, Autarquia e Fundações Públicas emitidas por órgãos oficiais de Gerência de Gestão de Pessoas ou Gerência de Recursos Humanos.

4.3.1.2 Para os profissionais autônomos deverão apresentar provas documentais que comprovem o período que exerceu experiência seguindo as especificações no item 4.3.2 do presente edital.

4.3.2. Somente serão contabilizadas as experiências no cargo pretendido de acordo com as seguintes especificações:

4.3.2.1. Para o cargo de Médico, somente será aceito o comprovante de experiência que o Título do cargo for Médico que pode ser de diversas áreas;

4.3.3 Para os profissionais autônomos deverão apresentar comprovantes de recolhimento de impostos, mês a mês, e alvará de funcionamento, mais a declaração de quitação do conselho de fiscalização do exercício

4.3.4. Não serão aceitas experiências como estágios remunerados ou não remunerados;

4.3.5. A pontuação para experiência comprovada para todos os cargos segue na tabela abaixo:

Experiência Comprovada	Pontuação
De 00 dias até 29 dias	0,3 (zero vírgula três)
De 01 mês até 20 meses	0,5 (zero vírgula cinco)
De 21 meses até 30 meses	1,5 (um vírgula cinco)
De 31 meses até 40 meses	2,0 (dois vírgula zero)
De 41 meses até 50 meses	3,1 (três vírgula um)
De 51 meses até 65 meses	4,3 (quatro vírgula três)
De 66 meses até 90 meses	5,5 (cinco vírgula cinco)
De 91 meses até 115 meses	7,0 (sete vírgula zero)
Acima de 115 meses	9,0 (nove vírgula zero)

4.3.5.1 O candidato que não tiver experiência poderá participar desta seleção, porém, contará com apenas 0,3 pontos neste critério de pontuação.

4.4 PROVA DE TÍTULOS

4.4.1. O candidato deverá apresentar Certificado de Curso de Especialização em nível de Pós-Graduação com registro próprio na Instituição que o ofereceu, sendo credenciada pelo MEC.

4.4.2. A pontuação de títulos será aplicada somente para os cargos de nível Superior que segue na tabela Abaixo:

Títulos	Pontuação
Especialização (um ou mais certificados)	Somente 3,5 (três vírgula cinco)
Mestrado (um ou mais certificados)	Somente 4,5 (quatro vírgula cinco)
Doutorado (um ou mais certificados)	Somente 6,0 (seis vírgula zero)

4.4.3. Ainda que o candidato apresente mais de um certificado para Especialização, Mestrado ou Doutorado, o valor será o fixado na tabela 4.4.2, não sendo majorado o seu valor pela maior quantidade de certificados apresentados.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1. A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos, cursos de qualificação e da experiência comprovada;

5.2. Os candidatos serão classificados obedecendo à ordem decrescente de pontuação;

5.3. Para efeitos de classificação entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate respectivamente:

- 5.3.1. maior idade;
- 5.3.2. maior número de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- 5.3.3. maior pontuação na prova de títulos;

5.3.4. maior pontuação de experiência comprovada.

5.4. O resultado preliminar será publicado a partir do dia 04 de Agosto de 2017.

6. DOS RECURSOS

6.1. Será assegurado ao candidato o direito a recurso quanto ao indeferimento da inscrição e/ou classificação do Processo Seletivo que deverá ser encaminhado à Comissão do Processo Seletivo Simplificado na Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, através do e-mail processoseletivo@sjc.sc.gov.br, de forma digitalizada ou pessoalmente protocolada no Protocolo Geral da SJC, situado na Rua Frei Caneca, nº 400, Bairro Agrônômica, Florianópolis/SC, até (02) **dois dias úteis** após a divulgação do resultado preliminar, no site www.sjc.sc.gov.br.

6.2. Não será aceito o pedido de recurso apresentado fora do prazo estabelecido.

6.3. Não será aceito a complementação, inclusão ou substituição dos documentos entregues.

6.4. Os recursos deverão estar de acordo com modelo disponível no site www.sjc.sc.gov.br, devendo ser observado os seguintes requisitos:

- a) ser impresso e assinado;
b) ser fundamentado com argumentação lógica e consistente.

6.5. O julgamento do recurso será efetuado pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado e encaminhado aos requerentes através de carta registrada para o endereço informado no ato de inscrição, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento do devido recurso junto à Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

6.5.1. É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do endereço no ato da pré-inscrição.

6.5.2. Após decorrido o prazo estabelecido no item 6.5, caso o candidato não tenha recebido o resultado do recurso no endereço indicado na inscrição, poderá solicitar a cópia pelo e-mail processoseletivo@sjc.sc.gov.br.

7. DA CONVOCAÇÃO

7.1. O candidato será convocado **exclusivamente** pelo site www.sjc.sc.gov.br, devendo o candidato acompanhá-lo, não sendo fornecidas informações via telefone.

7.1.1. No ato da convocação será informado a data, o local e o horário que o candidato deverá comparecer munido dos documentos necessários para contratação listados no item 8 do presente edital, tendo a carência de 03 dias úteis entre o ato de convocação e a data e horário de comparecimento do ato de convocação.

7.1.2. O candidato que não cumprir o ato convocatório será automaticamente eliminado do processo seletivo.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação iniciará a contar do primeiro dia do curso de formação e está condicionada a entrega dos seguintes documentos, seguindo o estabelecido no item 7:

8.1.1. Declaração de próprio punho informando que não teve nos últimos 12 (doze) meses nenhuma Contratação em Caráter Temporário – ACT com base na LC nº 260/2004, assim, respeitando o artigo 8º, inciso II, da Lei nº 260/2004.

8.1.2. Fotocópia e original da Carteira de Identidade e do CPF;

8.1.3. Atestado de Saúde Ocupacional (admissional) emitido **OBRIGATORIAMENTE pelo médico do trabalho**, correndo os custos por conta do candidato;

8.1.4. Fotocópia e original do certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino ou certidão expedida por órgão militar que comprove estar quite com as obrigações militares;

8.1.5. Fotocópia e original do Diploma do Curso e do Histórico da escolaridade ou do certificado do Curso e do Histórico da escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;

8.1.6. Fotocópia e original da Carteira de Trabalho do candidato constando os dados pessoais, número da carteira e número do PIS/PASEP;

8.1.7. Fotocópia e original do comprovante do domicílio atual (água, luz, telefone). No caso de não possuir comprovante de residência em seu nome, o candidato deverá juntar e assinar documento sob o título "declaração de residência", indicando detalhadamente o endereço onde reside;

8.1.8. Para os cargos que possuem Conselhos de Fiscalização para o exercício da profissão, deverão apresentar declaração de quitação do respectivo conselho;

8.1.9. Comprovação de estar em gozo dos direitos políticos, mediante entrega de cópia do título eleitoral e certidão da Justiça Eleitoral que comprove esta condição;

8.1.10. Comprovação de não ter sido condenado criminalmente, anexando Certidão Negativa expedida "on-line" ou diretamente pelas Varas Criminais da **JUSTIÇA ESTADUAL** dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos;

8.1.11. Comprovação de não ter sido condenado criminalmente, anexando Certidão Negativa expedida "on-line" ou diretamente pelas Varas Criminais da **JUSTIÇA FEDERAL** com competência jurisdicional sobre os lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos;

8.1.12. As Certidões de que tratam os itens 8.1.10 e 8.1.11 deverão ser providenciadas somente após a convocação do candidato pelo site.

8.1.13. Cópia completa da última Declaração de Imposto de Renda;

8.1.14. Sendo o candidato **ISENTO** da Declaração de Imposto de Renda, deverá o mesmo fazer uma **DECLARAÇÃO** de próprio punho informando a isenção, bem como, retirar pelo site da Receita Federal a situação **REGULAR** do seu CPF.

8.1.15. Conta corrente individual do **Banco do Brasil**, não podendo ser Conta Salário;

8.2. O candidato permanecerá contratado se for recomendado para o referido cargo pela **Investigação Social**, de acordo com o item 09 do presente Edital.

9. INVESTIGAÇÃO SOCIAL (ELIMINATÓRIA)

9.1. A investigação para verificação de antecedentes pessoais visa avaliar se o candidato possui idoneidade moral e conduta ilibada, imprescindíveis para o exercício das atribuições inerentes ao cargo.

9.2. Os candidatos aprovados na **SELEÇÃO** deverão possuir conduta social ilibada conforme item 2.1, alínea "F" do presente Edital.

9.3. A execução da Investigação Social será realizada pela Diretoria de Inteligência e Informação da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, que poderá estabelecer parcerias com outros órgãos da Segurança Pública e afins, para o bom e fiel cumprimento da investigação social e a decisão será tomada pela Comissão do Processo Seletivo do presente Edital que emitirá um parecer que será entregue para o candidato;

9.4. O candidato deverá autorizar e fornecer dados para a Diretoria de Inteligência e Informação, através do Questionário de Investigação Social.

9.4.1. A não autorização pelo candidato, para que se proceda à investigação social, resultará na sua eliminação sumária;

9.5. Fica eliminado do Processo Seletivo o candidato em que for constatada inexistência de dados fornecidos, informações não declaradas, omitidas ou declaradas falsamente da vida progressiva que o desabone, bem como o não cumprimento dos prazos para apresentação do termo de defesa;

9.6. Ficará o candidato sujeito a rescisão contratual, caso surja fato novo que o desabone e seja considerado incompatível com o exercício da função;

9.7. No caso constatado fatos que gerem dúvidas, o candidato poderá ser chamado para esclarecimentos formais junto a Diretoria de Inteligência;

9.8. Ao candidato que na Investigação Social for constatado que já teve vínculo empregatício no âmbito da SJC, em quaisquer modalidades de contratação e que porventura tenham tido rompimento do vínculo por ATO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, **por não ter sido considerado apto as funções**, ou ainda apresentado transgressões funcionais, será automaticamente considerado **NÃO RECOMENDADO**.

9.9. A Investigação Social terá caráter unicamente eliminatório e os candidatos serão considerados **RECOMENDADOS** ou **NÃO RECOMENDADOS** para o cargo pretendido, conforme o item 9.3. deste edital;

9.10. A investigação para verificação de antecedentes pessoais será realizada por meio de investigação no âmbito social, funcional, civil e criminal, indicando como resultado se o candidato encontra-se recomendado ou não recomendado para exercer o cargo, tendo como critério eliminatório as seguintes situações:

- uso ou dependência química de drogas ilícitas de qualquer espécie;
- Situação fática em que seja constatada embriaguez e que tenha culminado com ação tipo penal ou infração funcional;
- relacionamento ou exibição em público ou rede social com pessoas de notórios e desabonadores antecedentes criminais ou morais;
- fazer apologia em público ou em rede social ao uso de drogas, pedofilia, violências, incitar atos contra a imagem e decoro das instituições públicas;
- prática de ato atentatório à ética e a moral;
- contumácia na prática de infrações ou transgressões disciplinares funcionais;
- participação ou filiação como membro, sócio ou dirigente em entidade ou organização, cujo funcionamento não seja legalmente autorizado ou contrário às disposições da Constituição da República e ao Estado Democrático de Direito;
- indiciamento em inquérito policial, qualificação como autor em termo circunstanciado de ocorrência, citação como autor em ação civil pública, citação como réu em ação penal;
- ter figurado como acusado em procedimento administrativo disciplinar, em quaisquer instituições a que tenha sido vinculado;
- demissão de cargo público, destituição de cargo em comissão ou do exercício da função pública, em qualquer órgão da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal, em razão de conduta desabonatória;
- registros de boletins de ocorrências que acusam práticas de emprego de grave ameaça ou violência; práticas de abuso de criança e adolescente, idosos e incapazes;
- Registro de boletins de ocorrência em que apontam para crimes capitulados na Lei nº 10826/2003;
- declaração falsa ou omissão de registro relevante sobre sua vida progressiva;
- outras condutas que revelem a falta de idoneidade moral do candidato, tornando-o incompatível, em face dos preceitos éticos e morais para o exercício do cargo candidatado;

9.11. O resultado da Investigação Social será divulgado em até 30

(trinta) dias úteis contados a partir do resultado definitivo da Seleção.

9.12. O candidato que tiver o resultado **NÃO RECOMENDADO** para o cargo pretendido, será convocado na Gerência de Gestão de Pessoas, situada na Rua Frei Caneca, nº 400, Bairro Agrônômica, Florianópolis/SC, onde assinará documento informando ter sido cientificado do resultado da investigação social.

9.13. Sendo considerado **NÃO RECOMENDADO** na Investigação Social, o candidato depois de cientificado, caso queira, terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recurso administrativo, endereçado ao Presidente da Comissão do Processo Seletivo, que deverá ser protocolado na Sede da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, situada na Rua Frei Caneca, nº 400, Bairro Agrônômica, Florianópolis/SC.

9.14. O requerente será convocado via e-mail cadastrado no formulário de inscrição em até dez dias úteis, a contar do recebimento do devido recurso, pela Gerência de Gestão de Pessoas para retirada do resultado do recurso emitido pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

9.15. O candidato considerado como **NÃO RECOMENDADO** na Investigação Social, após apresentação de recurso e sendo mantido o parecer, será excluído do processo Seletivo, e/ou terá seu contrato rescindido.

9.16. O candidato que for considerado **NÃO RECOMENDADO** na Investigação Social terá seu contrato rescindido a contar da data da ciência e sem direito a indenizações, conforme inciso IV, do item 1.7 deste edital.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A homologação do resultado final será publicada no Diário Oficial do Estado e no site www.sjc.sc.gov.br, tendo validade de dois anos.

10.2. A não observância dos prazos e a inexistência das informações ou a constatação, mesmo que posterior, de irregularidades nos documentos, eliminará o candidato do processo seletivo e/ou rescindirá o contrato administrativo firmado sem direito a indenizações.

10.3. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

10.4. Os casos omissos deste Edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

10.5. Fica o responsável pela Presidência da Comissão autorizado a convocar outros servidores e assessoria técnica para participar da operacionalização deste processo seletivo simplificado.

10.6. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir questões oriundas do presente Processo Seletivo Simplificado.

10.7. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 26 de Junho de 2017.

ADA LILI FARACO DE LUCA

Secretária de Estado da Justiça e Cidadania
Anexo I (Edital 017/2017/SJC)

DENOMINAÇÃO DO CARGO: MÉDICO
GRUPO OCUPACIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR
CÓDIGO: ONS
DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Efetua exames médicos, emite diagnóstico, prescreve medicamentos e realiza outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades.
DESCRIÇÃO DETALHADA:
1 Realizar atendimento ambulatorial;
2 Examinar o paciente para determinar o diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista;
3 Analisar e interpretar resultados de exames de raios-X, bioquímicos, hematológicos e outros para confirmar e informar o diagnóstico;
4 Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de medicação;
5 Manter registro do paciente examinado, anotando à conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada;
6 Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender as determinações legais;
7 Participar de programas de atendimento à população atingida por calamidades públicas;
8 Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento;
9 Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva;
10 Participar das atividades de apiomédicosanitárias das Unidades Sanitárias do Órgão;
11 Proceder a notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local;
12 Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde da comunidade e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados;
13 Fazer exames pré-admissionais e periódicos dos servidores, participando das atividades de prevenção de acidentes de trabalho;
14 Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades;
15 Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; e
16 – Executar outras atividades compatíveis com o cargo.